



TERMO DE REFERÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS

I – DO OBJETO

01.1 – O presente **Termo de Referência para Registro de Preços** tem por objeto a Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÓ DE CAFÉ torrado e moído)**, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS., de acordo com as especificações, quantidades estimadas e condições constantes deste Termo de Referência.

01.2 – Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

01.3 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

II – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE

02.1 – A Secretaria Municipal de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), realizará a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, conforme a necessidade das unidades, com o objetivo de suprir as demandas cotidianas da Secretaria, do CRAS e do CREAS.

02.2. Tal aquisição é imprescindível para o adequado funcionamento dos serviços, atendimentos e atividades desenvolvidas, especialmente durante ações e eventos promovidos com os idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS, bem como no dia a dia de trabalho das equipes. A oferta de café promove um ambiente de trabalho acolhedor e produtivo, fortalecendo o bem-estar e a convivência entre servidores e usuários. Trata-se de uma prática consolidada em instituições públicas e privadas.

02.2 – A aquisição tem como finalidade o fornecimento regular de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÓ DE CAFÉ torrado e moído)** visando garantir condições adequadas de trabalho aos servidores, que realizam atendimentos contínuos e de grande relevância social, assegurando um mínimo de conforto e bem-estar durante o expediente.

02.3 – A aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÓ DE CAFÉ torrado e moído)** é essencial para o pleno funcionamento das atividades socioassistenciais,



contribuindo para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população e o fortalecimento das ações de acolhimento social desenvolvidas pela Secretaria.

02.4 – A Contratação será por meio de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema de Registro de Preço, sendo o tipo de Licitação menor preço, por itens.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

03.1 – Os produtos deverão ser entregues atendendo às características e especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, devendo prezar pelo princípio da economicidade.

03.2 – O produto que apresentar violação de qualquer espécie deverá ser substituído pelo fornecedor.

03.3 – Só serão aceitos os materiais que estiverem de acordo com as especificações mínimas exigidas, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.

IV – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO:

04.1 – As quantidades dos itens **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÓ DE CAFÉ torrado e moído)** que serão adquiridos para o adequado funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. , tem como base o cálculo de números de servidores, para o período de 12 meses.

04.2 – Especificações em anexo na Tabela I:

V - DO LOCAL DA ENTREGA DOS MATERIAIS:

05.1 – A contratada deverá realizar a entrega do referido material acompanhado da Nota Fiscal, quando for solicitada e a quantidade que for necessário, no Almoarifado Central situado na Rua Joaquim José da Silva Xavier nº 30, Centro de Carapebus/RJ, no período de 2ª a 6ª feira, junto com Servidor, no horário compreendido entre 8:00hs / 11:00hs e 13:30hs / 16:30hs, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Carapebus. A entrega do material deverá ser feita por funcionário devidamente identificado.

VI – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



06.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO respeitará a lei 14.133/2021, onde estabelece que:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Podendo o município realizar a formalização de contrato, caso o mesmo necessite e tenha interesse em sua formulação, onde segundo a lei vigente é possível sua prorrogação por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 desde que haja comprovação de que o preço registrado é vantajoso à Administração.

É permitido o reajuste de preços registrados em atas de registro de preços pela lei 14.133/2021, desde que as condições estejam previstas em edital, desde que os preços estejam compatíveis com o mercado.

VII – DA FISCALIZAÇÃO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO:

07.1 – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do recebimento do objeto da presente contratação que será exercida pelo servidor Ramon Souza de Barcelos, Matr. 23552, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

07.2 – A fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos itens.

VIII – DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

8.1. Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar, se fará necessário a exigência de apresentação de amostra – uma embalagem unitária de cada item, com fim de verificar se o produto ofertado pelo licitante vencedor da fase de lance, atende as especificações técnicas exigidas por este Termo de Referência.

8.2. Será exigida à amostra do seguinte item: Café.



8.3. O licitante deverá levar sua amostra para avaliação no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Assistência Social – Rua João Pedro Sobrinho nº 130 – 4º andar, apto 404, Sapecado – Carapebus RJ.

8.4 A amostra deverão conter identificação da licitante e indicação do item objeto pelo qual foi (solicitada a amostra, a modalidade e o nº da licitação).

8.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de e-mail aos possíveis fornecedores.

8.6. A amostra aprovada poderá ser considerada como unidade entregues e será utilizada como parâmetro de qualidade na ocasião do fornecimento.

8.7. Para que as amostras sejam consideradas como unidades entregues, os produtos apresentados deverão atender a todas as exigências constantes deste Termo de Referência e ser apresentados em embalagens de fábrica devidamente lacrado.

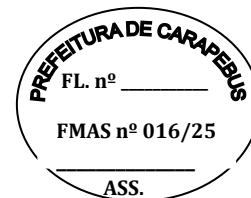
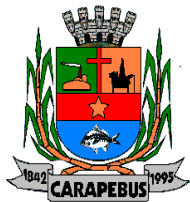
8.8. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

8.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues e não aceitas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário entre 09 h e 16 h. Após esse prazo, tais materiais poderão ser descartados pela Secretaria Municipal, sem direito a ressarcimento.

8.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

IX – DO PRAZO PARA A ENTREGA DO MATERIAL:

09.1 – A entrega do material será conforme solicitação da Administração Pública, cujo prazo deverá ocorrer em até 30 **(trinta) dias** corridos, a iniciar contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Compras** para o Início da Execução Contratual.



09.2 – A entrega será parcelada, sendo solicitada conforme a demanda, na Secretaria Municipal de Assistência Social e seus Órgãos diretos e indiretos do Município, no horário de 08:00hs às 16:30hs, acordado com Ramon Souza de Barcelos, Matr: 33920.

09.3 – Salvo se houver pedido formal de prorrogação do prazo definido no item anterior, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Secretaria, o prazo poderá ser prorrogado para melhor atendimento ao interesse público.

09.4 – Os itens serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o pedido.

X – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

10.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, discriminando o material de marca licitada, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias.

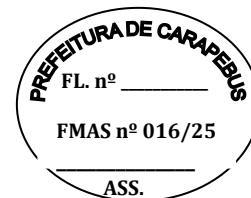
10.2 – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em nome da **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNPJ nº 08.373.798/0001-29**, endereço Rua João Pedro Sobrinho, nº130 – sala 202 – Sapecado – Carapebus / RJ.

XI – DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

11.1 – O valor global para a contratação pretendida de todos os itens do presente Termo de Referência ficará a cargo do Setor de Compras.

XII – DO CUSTO ESTIMADO DA CESSÃO DE MÃO DE OBRA:

12.1 – Considerando o objeto, a natureza da contratação, por tratar-se de COMPRA DE MATERIAL, **NÃO EXISTE** incidência de mão de obra para atendimento do objeto.



XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 – Por tratar-se de registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, observando o disposto na Lei nº. 14.133/2021, art. 82.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE / DO MUNICÍPIO:

14.1 – Expedir a Ordem de Compras por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

14.2 – Exercer a fiscalização das aquisições por Servidor ou Comissão especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133 e demais legislações pertinentes.

14.3 – O Servidor efetivo ou Servidor Comissionado designado verificará as especificações dos produtos, e as condições de manuseio do material.

14.4 – Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues fora da especificação e marcas, somente aceitar marcas que foram licitadas, deste Termo de Referência para Registro de Preços.

14.5 – Comunicar à empresa CONTRATADA, por escrito ou outro meio eficaz de comunicação, as deficiências, porventura verificadas no fornecimento dos produtos, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

14.6 – Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos da Lei Federal 14.133.

14.7 – Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

14.8 – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo de Referência.



14.9 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / LICITANTE VENCEDOR:

14.10 – Entregar os materiais, no prazo e condições estabelecidas no item **VIII** deste termo de referência, e também:

14.11 – A entrega deverá ser previamente agendada com o setor responsável pelo recebimento, da quantidade que for solicitada, nos termos do **item 8.2**, podendo ser adotado horário alternativo, desde que não prejudique o bom desempenho das atividades do setor responsável, sem que a falta de tal concessão onere ou dificulte tal fornecimento.

14.12 – No caso de fornecimento de material fora das especificações deste Termo, o mesmo deverá ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso contrário, poderá ser considerada a inexecução do CONTRATO, sendo convocada a segunda classificada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, apuradas no devido processo administrativo.

14.4 – Responsabilizar-se por qualquer material entregue, que se encontrar com defeito de fabricação, fora das especificações deste Termo de Referência e diferente das coladas em sua proposta de preços, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da notificação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

14.5 – Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.

14.6 – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça.

14.7 – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.



14.8 – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem

14.9 – como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

XV – DO EDITAL DA LICITAÇÃO:

15.1 – Os itens do Edital serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria-Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente termo de referência/Projeto Básico para Registro de Preços.

XVI – DO CONTRATO:

16.1 – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato, Procuradoria-Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133 e Decreto Municipal nº 3.127/2024.

XVII – TIPO DE MODALIDADE:

Conforme decreto 3.124 de 27 de junho de 2024

Art. 4º. Com fulcro no art. 176 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será obrigatório a partir de 30 de dezembro de 2026, no âmbito do Município de Carapebus, o cumprimento das seguintes normas:

II – da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Optou-se pela modalidade Eletrônico. A realização do pregão eletrônico amplia o alcance da licitação, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, independentemente da localização geográfica. Isso pode aumentar a competitividade, promover maior economicidade e resultar em melhores preços para a Administração..



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



XVIII – DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

18.1 – Fazem parte integrante do presente Termo de Referência.

- A – Rint – Requisição Interna de Despesas;
- B – Estudo Técnico Preliminar;
- C – Tabela I.

Carapebus, 17 de Novembro de 2025.

Kelver de Souza dos Santos
Secretário Municipal de Assistência Social